

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA AGROPECUÁRIA PAULISTA, 1995-2004

MARIA CARLOTA MELONI VICENTE

Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola, APTA/SAA

carlota@iea.sp.gov.br

CPF: 002214898-19

Endereço: Av. Miguel Stéfano, 3900, Água Funda, São Paulo, SP. CEP 04047-970

CELMA DA SILVA LAGO BAPTISTELLA

Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola, APTA/SAA

celma@iea.sp.gov.br

CPF: 055077998-14

Endereço: Av. Miguel Stéfano, 3900, Água Funda, São Paulo, SP. CEP 04047-970

VERA LÚCIA FERRAZ DOS SANTOS FRANCISCO

Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola, APTA/SAA

veralfrancisco@iea.sp.gov.br

CPF: 063042248-69

Endereço: Av. Miguel Stéfano, 3900, Água Funda, São Paulo, SP. CEP 04047-970

Área Temática: Mercado de Trabalho Agrícola

Forma de Apresentação: Poster

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA AGROPECUÁRIA PAULISTA, 1995-2004

Resumo: O presente artigo analisou o mercado de trabalho na agricultura paulista na atualidade, apresentando indicadores de evolução do emprego total e das diferentes categorias de trabalhadores, da ocupação de mulheres e de menores, da produtividade do trabalho e dos salários rurais no período de 1995-2004. As informações analisadas foram obtidas por meio de levantamentos sistemáticos realizados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) em conjunto com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA). Para detectar o ritmo médio de crescimento da ocupação de trabalhadores (total e por categorias de trabalho, idade e gênero), do valor da produção agropecuária, da produtividade do trabalho bem como dos salários rurais, foram estimadas taxas de crescimento. As informações sobre ocupação da mão-de-obra e valor da produção da agricultura paulista, relativas ao período 1995-2004, mostraram tendência declinante da ocupação agrícola em contrapartida ao crescimento do valor da produção das atividades agropecuárias, com o incremento na produtividade do trabalho. As taxas de crescimento dos salários rurais foram inferiores à taxa de crescimento da produtividade do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: mercado de trabalho, trabalho rural, produtividade do trabalho, salários rurais.

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA AGROPECUÁRIA PAULISTA, 1995-2004

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade as questões que envolvem o tema emprego/desemprego no País vem recebendo as atenções dos meios acadêmicos e de comunicação, das instituições governamentais e da sociedade em geral. Na década de noventa, o mercado de trabalho no Brasil apresentou como característica marcante uma acentuada queda do nível de emprego formal, decorrente, dentre outros fatores, da mudança nas formas de utilização do trabalho, com a terceirização de atividades antes efetuadas dentro das empresas. Ocorreu também a redução das oportunidades de emprego, com elevação da produtividade do trabalho, associada às alterações na estrutura de produção (BALTAR, 1998).

Diversos estudos sobre o crescimento do desemprego no Brasil consideram o comportamento negativo da economia como fator preponderante na evolução da demanda por força de trabalho. Segundo POCHMANN (1998), a dinâmica do emprego segue uma trajetória relacionada ao comportamento geral da economia. Quando as taxas de crescimento do produto são muito baixas, as taxas de desemprego tendem a crescer, ao passo que um aumento da demanda agregada mostra-se efetivamente positivo na elevação do volume de emprego e renda.

Além dos efeitos gerados pela situação econômica e pela reestruturação produtiva, há também a visão do problema do emprego/desemprego relacionada à flexibilização do mercado de trabalho brasileiro, caracterizado por excessiva regulamentação, o que encarece a contratação da mão-de-obra (SILVA, 1999). Sobre esse aspecto, DEDECCA (2005) acrescenta que a política adotada no Brasil a partir dos anos noventa possibilitou forte exposição externa da base produtiva local, implementou um novo receituário de política econômica e buscou enfraquecer o poder de barganha dos segmentos organizados da sociedade, com a finalidade de reduzir a resistência aos projetos de flexibilização do sistema de proteção social inscrito na Constituição de 1988.

As diretrizes de política econômica implementadas a partir de 1990 provocaram significativo processo de reestruturação econômica. Com base na idéia de que o desenvolvimento industrial no Brasil gerara uma economia protegida e atrasada, decidiu-se necessidade de um processo de abertura externa que expusesse à concorrência externa a base produtiva local, considerada como única via possível para a modernização econômica (DEDECCA, 2005).

Uma característica relevante em termos de mudança estrutural da ocupação diante do processo acima mencionado diz respeito à perda de participação relativa das ocupações industriais em prol da maioria das ofertas no setor de serviços. As ocupações agrícolas estariam seguindo uma tendência declinante ainda na primeira metade do século passado.

Para avaliar o mercado de trabalho na agricultura, é importante ter em mente este panorama mais abrangente que envolve o emprego/desemprego no País, observando-se que além dos fatores de ordem política e econômica, atuam também sobre o quadro de ocupação da mão-de-obra rural os fatores climáticos (através de suas conseqüências sobre as safras agrícolas), bem como transformações estruturais nos processos produtivos. Sobre este último aspecto, tem se destacado a progressiva mecanização das colheitas de cana-de-açúcar, algodão e café, excluindo parcela significativa de trabalhadores como salientam VICENTE; BAPTISTELLA e VEIGA (1997).

Por estas razões, é de grande importância analisar o mercado de trabalho na agricultura paulista na atualidade, apresentando indicadores de evolução do emprego total e das diferentes categorias de trabalhadores, da produtividade do trabalho e dos salários rurais no período de 1995-2004. Este é o objetivo do presente estudo, que também apresenta indicadores sobre a ocupação de mulheres e de menores no trabalho agrícola.

2.MATERIAL E MÉTODO

As estimativas sobre ocupação e emprego na agricultura paulista têm sido obtidas sistematicamente pelas pesquisas amostrais probabilísticas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA). As informações são levantadas pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) e pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) junto ao produtor ou responsável pelo imóvel rural.

No período que correspondente a 1995-1999 foi aplicado um delineamento amostral segundo CAMPOS e PIVA (1974), com levantamentos realizados em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro de cada ano e questões referentes à população trabalhadora residente e não residente nos imóveis rurais, no que diz respeito ao número de pessoas ocupadas por faixa etária. Em abril havia maior detalhamento sobre a população trabalhadora residente nos imóveis rurais, com dados sobre trabalho feminino e do menor. Eram coletadas informações sobre a ocupação de proprietário e seus familiares (residentes e não residentes nos imóveis rurais), arrendatários e parceiros (residentes no imóvel), assalariados em geral e finalmente volantes¹.

Após essa data, foi aplicado um novo delineamento amostral com abordagem multivariada e metodologia mais complexa e atual, proposto por FRANCISCO e PINO (2000) com periodicidade alterada para junho e novembro². A atual amostra probabilística é composta por 3.204 unidades de produção agropecuária (UPAs)³ e foi sorteada com base no cadastro obtido no Censo Agropecuário realizado pela SAA através do IEA e a CATI e conhecido por Projeto LUPA. Para acompanhamento das séries de dados ao longo do tempo, as categorias de trabalho acima mencionadas foram mantidas no novo levantamento.

Para avaliar a evolução da produtividade do trabalho relacionou-se a ocupação de mão-de-obra e o valor da produção ou receita bruta na agropecuária paulista, constituído pelo somatório de 46 produtos relevantes⁴. Para esse cálculo, os dados de produção foram

¹ Para o trabalho volante obtém-se o número médio de trabalhadores empregados na última semana. Geralmente, o dado reporta-se aos últimos quinze dias úteis do mês em que está sendo feito o levantamento.

² Esses meses são importantes para o emprego agrícola, pois são realizadas as colheitas das culturas perenes, grandes empregadoras de mão-de-obra.

³ A unidade amostral passou a ser a UPA (Unidade de Produção Agropecuária), e que na maioria dos casos coincide com o conceito de imóvel rural.

⁴ Produtos animais (carne bovina, carne de frango, carne suína, casulo, leite B, leite C e ovos de galinhas); grãos e fibras (algodão, amendoim, arroz, feijão, milho, soja, sorgo e trigo); olerícolas (abóbora, abobrinha, alface, batata, batata-doce, beterraba, cebola, cenoura, mandioca de mesa, pimentão, repolho e tomate de mesa); frutas frescas (abacate, abacaxi, banana, goiaba de mesa, laranja de mesa, limão, manga, maracujá,

obtidos dos levantamentos sistemáticos do IEA e da CATI, e os preços médios mensais recebidos pelos produtores, levantados pelo IEA (maioria dos produtos). O deflator de preços utilizado foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), do IBGE. O IPCA reflete o consumo de famílias com rendimento entre um e 40 salários mínimos, nas regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, além de Brasília e Goiânia.

As informações sobre salários rurais, analisadas no artigo, foram obtidas por meio de levantamento subjetivo, realizado junto aos técnicos das Casas de Agricultura de todos os municípios do Estado de São Paulo, nos meses de abril e novembro. O levantamento abrange seis categorias de trabalho: administrador, tratorista, mensalista, capataz, diarista e volante⁵. Os dados foram deflacionados pelo IPCA e foram calculadas médias anuais.

Para detectar o ritmo médio de crescimento da ocupação de trabalhadores (total e por categorias de trabalho), do valor da produção agropecuária, da produtividade do trabalho bem como dos salários rurais, foram estimadas taxas de crescimento com procedimentos descritos em SAS INSTITUTE (1988) e em HOFFMANN (1980).

3. VALOR DA PRODUÇÃO E MERCADO DE TRABALHO NA AGRICULTURA PAULISTA, 1995-2004

O setor agropecuário tem sido um dos mais dinâmicos da economia estadual. No período de 1995 a 2004, o valor da produção agropecuária paulista, em termos reais, cresceu à taxa média anual de 5,29%. Apenas nos anos de 1996 e de 1999 houve decréscimos, enquanto nos demais anos houve crescimento (Tabelas 1 e 2). Na composição da produção agropecuária, a cana-de-açúcar permanece como principal produto agrícola do Estado, com participação em 2004 de 27,14% no valor da produção estadual. A seguir, aparecem a carne bovina, com 16,22%; a laranja (indústria+mesa), com 11,87%; a carne de frango (6,06%); o milho (5,00%); a soja (4,87%); ovos (3,66%); o leite (2,86%); e o café (2,78%) (TSUNECHIRO et al., 2004).

melancia, pêssego de mesa, tangerina e uva fina de mesa) e produtos vegetais para indústria (borracha, café, cana-de-açúcar, goiaba para indústria, laranja para indústria, mandioca para indústria e tomate para indústria).

⁵ O detalhamento sobre o levantamento de salários rurais realizado pelo IEA em conjunto com a CATI pode ser obtido em NOGUEIRA et al. (1992).

TABELA 1: Valor da Produção Agropecuária Anual, Ocupação da Mão-de-obra Agrícola e Produtividade do Trabalho, Estado de São Paulo, 1995-2004

	Valor da Produção (Bilhões de R\$)		Mão-de-obra ocupada (Milhões de pessoas)	Produtividade do trabalho (R\$/pessoa)
	Corrente	em R\$ de 2004		
1995 ¹	9,23	18,75	1,23	15.243,71
1996	9,56	16,78	1,27	13.204,52
1997	11,25	18,46	1,18	15.647,08
1998	12,87	20,47	1,28	15.990,70
1999	12,81	19,43	1,27	15.298,21
2000 ²	14,69	20,81	1,31	15.888,53
2001 ³	17,36	23,02	1,17	19.677,11
2002	20,95	25,62	1,21	21.172,23
2003	24,74	26,37	1,08	24.418,88
2004 ⁴	26,99	26,99	1,05	25.704,81

¹ De 1995 a 1999, média anual das estimativas de mão-de-obra obtidas em fevereiro, abril, junho e novembro.

² Dados de ocupação de mão-de-obra disponíveis apenas para novembro.

³ De 2001 a 2003, média anual das estimativas de mão-de-obra obtidas em em junho e novembro.

⁴ Dados de ocupação de mão-de-obra disponíveis apenas para junho.

Fonte: IEA/APTA/SAA-SP, CATI/SAA-SP, MARTIN (2002) e TSUNECHIRO et al. (2004)

No mesmo período, o número de pessoas ocupadas na agricultura paulista oscilou do máximo de 1,31 milhão em 2000 para o mínimo de 1,05 milhão em 2004. Ao longo desse período, a taxa de crescimento da ocupação da mão-de-obra foi de $-1,61\%$ ao ano. Portanto, paralelamente ao dinamismo do setor, tem ocorrido a incorporação de novas tecnologias, sobretudo na operação de colheita, elevando a produtividade do trabalho na agricultura e, conseqüentemente, ocupando menos pessoas mesmo diante de safras maiores. No Estado de São Paulo, o desemprego ocasionado pela evolução tecnológica tem sido fator relevante para a diminuição da população trabalhadora (Tabela 2 e Figura 1).

Tabela 2: Estimativas dos Parâmetros e da Taxa Anual de Crescimento

Variáveis	Estimativas dos Parâmetros	Taxa anual de crescimento
Salários Rurais		
Administrador	-0,0041826	-0,42c
Tratorista	0,0065610	0,66c
Mensalista	0,0156282	1,57a
Capataz	2,100E-05	0,002n.s.
Diarista	-0,0036916	-0,37n.s.
Volante	-0,0146160	-1,45a
Ocupação Agrícola	-0,0162078	-1,61a
Valor da produção	0,0515402	5,29a
Produtividade do trabalho	0,0677480	7,01a

a= significativo em nível de 5%

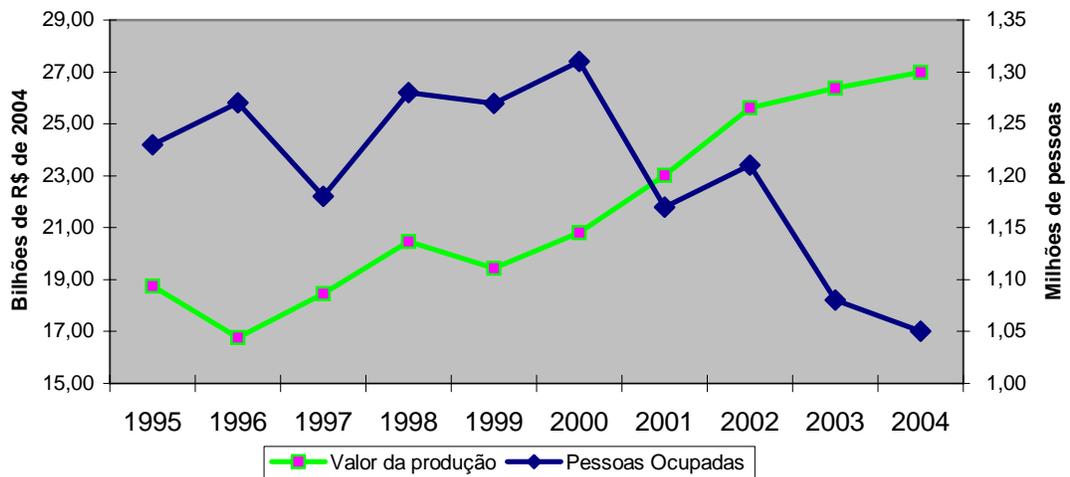
b= significativo em nível de 10%

c= significativo em nível de 20%

ns= não significativo

Fonte: Elaborada com base em IEA/APTA/SAA-SP, CATI/SAA-SP, MARTIN (2002) e TSUNECHIRO et al. (2004).

Figura 1: Evolução do Valor da Produção e da Ocupação de Mão-de-obra na Agropecuária, Estado de São Paulo, 1995-2004



Fonte: IEA, CATI, MARTIN (2002) e TSUNECHIRO et al. (2004)

Pode-se, também, obter um indicador da produtividade do trabalho efetuando-se a relação entre o valor da produção anual e o total de pessoas ocupadas na agropecuária. Em

1995, cada trabalhador ocupado respondia por R\$ 15, 2mil do valor da produção, enquanto em 2004 esse valor passou para R\$ 25,7 mil, ou seja, um crescimento de 69,1%. Embora tenham ocorrido oscilações nesse indicador durante o período considerado, a taxa de crescimento da produtividade do trabalho foi de 7,01% ao ano (Tabela 2).

Quanto à ocupação de mão-de-obra, cana-de-açúcar, café e laranja ainda são as mais importantes, pois foram responsáveis por quase 60% do total de equivalentes homens ano demandados no cultivo dos principais produtos da agricultura paulista, em 2001 (SEADE, 2002). Apresentam, portanto, elevada contribuição na dinâmica de ocupação da mão-de-obra rural, apesar da diversidade de atividades da pauta de produção agropecuária no Estado de São Paulo.

A importância desses cultivos para a ocupação da mão-de-obra rural foi evidenciada no estudo de PINO et al (2001), por meio do cálculo da ocupação de mão-de-obra por unidade de área. A cultura de café utiliza cerca de 5 trabalhadores permanentes e o máximo de 28 trabalhadores temporários por 100 hectares, enquanto a cana de açúcar emprega 2 trabalhadores permanentes e o máximo de 29 trabalhadores temporários por 100 hectares. A citricultura ocupa 3 trabalhadores permanentes e o máximo de 7 trabalhadores temporários por 100 hectares. A cultura do algodão ocupa, principalmente, trabalhadores temporários, ou seja, 18 por 100 hectares. Já as atividades de fruticultura, floricultura, olericultura e heveicultura demandam trabalhadores permanentes. As atividades de reflorestamento e pecuária, por sua vez, são menos empregadoras de mão-de-obra por unidade de área.

Apesar do crescimento da colheita motomecanizada, a cana-de-açúcar ainda demandou cerca de 35% da mão-de-obra necessária total utilizada nos principais produtos da agricultura paulista (SEADE, 2002). A produção de grãos já apresenta todas as fases do processo produtivo passíveis de mecanização, sendo a colheita preponderantemente motomecanizada na soja, no trigo e no milho e, parcialmente, no feijão e no amendoim. No caso do algodão, o sistema de produção existente no Estado de São Paulo, baseado na colheita manual, foi extremamente prejudicado com as importações do produto, notadamente até meados dos anos 90s. A falência deste sistema afetou diretamente pequenos proprietários e trabalhadores temporários, mas a colheita manual ainda é relevante (VICENTE, FRANCISCO e BAPTISTELLA, 2002).

Os salários rurais pagos à população trabalhadora na atualidade, bem como sua evolução no tempo, são informações relevantes quando se avalia o mercado de trabalho, pois interessam tanto ao empregador quanto ao trabalhador. Estes dados constituem importante subsídio para as negociações salariais entre sindicatos e empresas rurais, bem como para avaliações efetuadas por instituições governamentais, ou não, sobre a situação econômica dos trabalhadores. No período 1995-2004 constatou-se evolução positiva dos salários rurais para algumas categorias de trabalho com recebimento mensal, sendo a maior taxa de crescimento observada para mensalista (1,57% ao ano). Para as categorias com recebimento diário, a situação foi desfavorável, notadamente para a categoria volante, que apresentou taxa de crescimento de -1,84% ao ano (Tabela 2).

Do início da década de noventa para 1994-1995, ocorreu uma recuperação salarial, decorrente, em grande parte, da situação de estabilidade econômica e do controle da inflação, viabilizados pelo Plano Real. Em 1999, as novas diretrizes da política cambial brasileira em curso e a desvalorização do real refletiram-se negativamente no

comportamento dos salários. Em 2001, há uma ligeira recuperação dos vencimentos, com decréscimos no período posterior (Figuras 2 e 3).

São realizados dissídios salariais entre a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) e o setor patronal, com o estabelecimento de três tipos de acordos: para cana-de-açúcar, para laranja e para culturas diversas e pecuária. Muitos sindicatos de trabalhadores e de empregadores acordam em suas respectivas bases territoriais pisos salariais diferentes daqueles do acordo entre as federações, geralmente com valores superiores. Caso haja um aumento do salário mínimo, de maneira que supere o salário estabelecido entre as Federações, considera-se o novo salário mínimo vigente.

Figura 2: Salários Rurais, Estado de São Paulo, 1995-2004

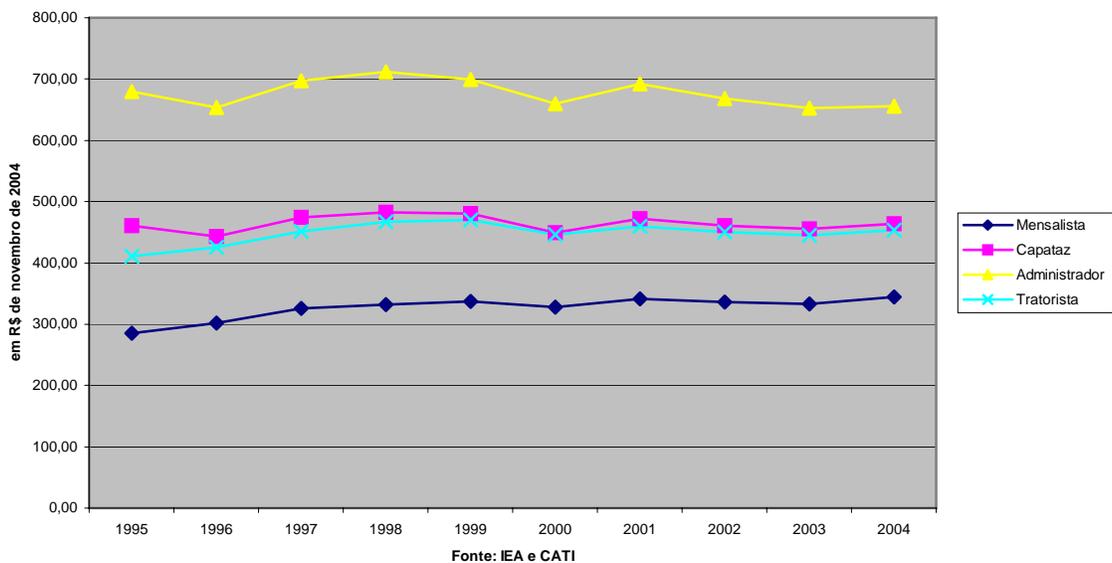
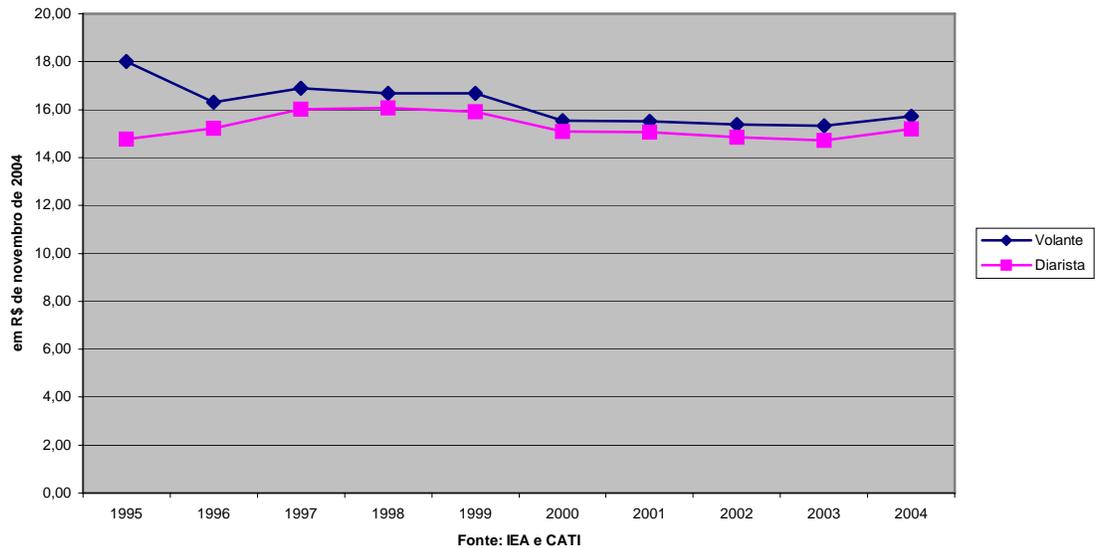


Figura 3: Pagamento de diárias rurais, Estado de São Paulo, 1995-2004



A seguir são apresentados indicadores da evolução da ocupação de trabalhadores por categoria de trabalho, com destaque também para a ocupação da mulher e do menor, complementando, assim, a análise da ocupação agrícola.

4. EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DAS DIFERENTES CATEGORIAS DE TRABALHADORES E DO TRABALHO DA MULHER E DO MENOR

A composição da produção agrícola e a incorporação de novas tecnologias, no tempo e no espaço, configuram o quadro potencial e referencial de quantidade e categorias de mão-de-obra necessária ao trabalho agrícola. Desta forma, o trabalho das categorias de trabalhadores residentes nos imóveis rurais (UPAs), organiza-se conjugando o emprego permanente de certos contingentes e o emprego sazonal ou temporário de outros. A articulação entre trabalho permanente (proprietários, arrendatários, parceiros e assalariados em geral) e o trabalho temporário dos bóias-frias, garante o suprimento de mão-de-obra no campo.

De acordo com os dados apresentados, a população trabalhadora residente nas UPAs do Estado de São Paulo vem diminuindo gradativamente no decorrer dos anos. As categorias de trabalho consideradas apresentaram decréscimo na ocupação, com exceção dos arrendatários, a única a ter taxa de crescimento positiva de 13,71% ao ano (Tabelas 3 e 4). Proprietários (e seus familiares) e assalariados são os mais representativos e respondem, em conjunto, por mais de 75% da população trabalhadora. A categoria parceiro sempre foi a terceira na ocupação de mão-de-obra.

Tabela 3 – Estimativa da População Trabalhadora Residente e Não Residente nas UPAs, por Categoria, Estado de São Paulo, 1999-2004¹

	Residente					Não Residente	
	Proprietário	Administrador	Arrendatário	Parceiro	Assalariado	Proprietário	Volante
1.995	252.118	24.108	3.999	43.192	319.919	148.893	275.913
1996	266.530	21.126	3.931	46.736	295.726	154.608	215.635
1997	276.228	23.442	5.948	36.026	256.815	163.859	157.416
1.998	280.999	21.484	5.468	28.573	282.388	175.053	144.752
1.999	233.673	26.305	11.599	28.581	278.835	197.538	174.494
2.000	227.147	21.201	13.621	47.991	235.315	163.899	268.473
2.001	215.894	18.965	17.074	34.700	200.263	153.011	229.536
2.002	235.381	25.420	21.490	38.700	234.152	174.506	256.880
2.003	199.817	18.472	9.172	35.764	196.001	162.872	234.511
2.004	194.059	17.832	7.179	37.037	166.892	150.735	205.825

¹Ate´1999 dados obtidos em abril, a partir de 2000 em novembro
 Fonte: IEA/APTA/SAA-SP, CATI/SAA-SP.

O sistema de parceria, geralmente adotado nas lavouras de café e algodão, é bastante sensível aos efeitos causados pelo comportamento adverso destes produtos. Com a crescente utilização das capinas motomecanizadas e de herbicidas químicos no trato dos cafezais paulistas, que reduz, em regra, a necessidade do emprego de mão-de-obra durante o ano todo. Neste contexto, tornou-se mais vantajosa a relação de trabalho baseada no assalariamento, em detrimento ao sistema de parceria.

Tabela 4: Estimativas dos Parâmetros e Taxa Anual de Crescimento da População Trabalhadora Residente e Não Residente nas UPAs do Estado de São Paulo

Variáveis	Estimativas dos Parâmetros	Taxa anual de crescimento
Residente		
Proprietário	-0,0363110	-3,57a
Administrador	-0,0232636	-2,30b
Arrendatário	0,1284615	13,71a
Parceiro	-0,0108942	-1,08n.s
Assalariado	-0,0630197	-6,11a
Não Residente		
Proprietário	0,0012091	0,12n.s
Volante	0,0134086	1,35n.s

a= significativo em nível de 5%
 b= significativo em nível de 10%
 c= significativo em nível de 20%
 ns= não significativo

Fonte : Elaborada com base em IEA/APTA/SAA-SP, CATI/SAA-SP

Nas últimas décadas essa tendência de menor ocupação de mão-de-obra já tinha sido observada, o que reforça a constatação de que se mantêm nas UPAs apenas “as famílias necessárias à realização de parte do processo produtivo, sendo o restante arregimentado fora da propriedade, sempre que necessário” (VICENTE et al., 1988, p.6).

As mulheres sempre trabalharam de forma intensa nas atividades agropecuárias. Pesquisas sobre o grau de integração da mão-de-obra a produção evidenciaram ser a agricultura de subsistência a que absorve maior força de trabalho feminino. Nas pequenas explorações as mulheres têm participação efetiva e não remunerada. Neste caso, em que está em jogo a sobrevivência da família, nem a idade, nem gravidez ou a existência de filhos em idades tenras, e tampouco o trabalho doméstico, impedem-nas de trabalharem na roça. Nas médias e grandes propriedades elas aparecem, principalmente, nas categorias assalariada permanente e volante, ou seja, como mão-de-obra individualizada (PAULILO, 1976; SAFFIOTI e FERRANTE, 1984; PANZUTTI, 1992; VICENTE, 1997).

O trabalho familiar feminino possui características peculiares, pois além de polivalente, o tempo de trabalho da mulher pode ser ajustado segundo as necessidades do momento. A participação mais expressiva das trabalhadoras residentes no meio rural (inclusive com menos de quinze anos) foi em 1998, com 155 mil e a menor ocupação em 2003 com 101 mil mulheres. São mais representativas nas categorias de proprietária, parceira e arrendatária cujo trabalho, além de não ser remunerado, tem por característica ser considerado como o de simples ajuda à família (Tabela 5). A participação da população trabalhadora feminina residente nas UPAs em relação ao trabalho masculino residente esteve ao redor de 30% no período, sendo que no período considerado a taxa de crescimento foi de -3,45% ao ano (Tabela 6).

Tabela 5– Estimativa da População Trabalhadora Feminina e de Menores de 15 anos, Estado de São Paulo, 1995-2004

	Residente na UPA		Volante	
	Mulher	Menor	Mulher	Menor
1995	141.020	52.691	35.728	8.519
1996	136.264	53.194	36.229	6.655
1997	145.463	41.806	28.048	4.154
1998	155.000	32.657	32.273	3.836
1999	135.724	24.814	22.204	2.085
2000	122.211	30.629	34.795	1.854
2001	121.861	23.542	35.101	1.606
2002	128.369	28.462	47.054	1.352
2003	101.698	17.068	38.920	2.998
2004	109.334	9.840	30.665	787

Fonte: IEA/APTA/SAA-SP, CATI/SAA-SP.

Pesquisa realizada em trezentas famílias em 27 municípios no Sul de Minas Gerais e 5 municípios do Nordeste do Estado de São Paulo mostrou que as mulheres tinham grande poder decisório dentro da propriedade rural, principalmente no que diz respeito a gastos e

investimentos. Revelou também que são as mulheres que têm maior grau de instrução, pois freqüentam por mais tempo a escola. São elas as responsáveis pelo repasse de informações (preços dos insumos, quanto vale o produto da família, etc) aos seus cônjuges quando, em época de safra, eles estão na “lida”. Diante dos resultados obtidos pela pesquisa, entidades públicas e privadas viram na mulher uma forma de aprimorar a empresa rural e passaram a organizar cursos e eventos voltados a este público (ENCONTRO, 2004).

É na categoria volante que a precariedade e os aspectos mais negativos do trabalho estão presentes. Mas para essas mulheres, esta forma de ocupação, propicia-lhes rendimento para manutenção de suas famílias e deixa de ser configurado como complemento ao trabalho masculino. No período considerado, a taxa de crescimento dessa força de trabalho foi de 2,79% ao ano (Tabela 6).

Tabela 6: Estimativas dos Parâmetros e Taxa Anual de Crescimento da População Trabalhadora Feminina e de Menores do Estado de São Paulo

Variáveis	Estimativas dos Parâmetros	Taxa anual de crescimento
Residente		
Mulher	-0,0350916	-3,45a
Menor	-0,1560770	-14,45a
Volante		
Mulher	0,0275078	2,79n.s
Menor	-0,1931083	-17,56n.s

a= significativo em nível de 1%

b= significativo em nível de 5%

c= significativo em nível de 10%

ns= não significativo

Fonte: Elaborada com base em IEA/APTA/SAA-SP, CATI/SAA-SP

Semelhante ao trabalho da mulher, a utilização da força de trabalho do menor (homens e mulheres com menos de 15 anos) nas unidades de produção agropecuária (UPAs) no Estado de São Paulo é demandado de acordo com as necessidades da família. Embora tenha sido constatada diminuição do emprego para essa força de trabalho, com taxa de crescimento de – 14,45% ao ano, a participação do menor se faz presente (Tabela 6).

Há mais de uma década o trabalho infanto-juvenil constitui preocupação da sociedade em geral. Embora o meio rural paulista tenha diminuído a ocupação de menores, esta diminuição tem se mostrado cada vez mais lenta. Dentre os fatores que mais contribuíram, para esta diminuição, pode-se destacar a reorganização da produção agrícola, onde culturas com representativa utilização de mão-de-obra infantil, como por exemplo o algodão, apresentaram redução de área; a adoção da mecanização na colheita e as diversas ações e programas realizados pelo governo e instituições não-governamentais na década de noventa.

Embora esteja ocorrendo maior fiscalização dos órgãos públicos, dos sindicatos e de organizações não-governamentais, existem ainda produtores que ignoram a proibição do trabalho de menores previstos nos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Convenção 138 da OIT. A pobreza é, ainda, a questão mais importante na utilização dessa mão-de-obra, mas existe também, a crença e valor, há muito arraigados, que vê no trabalho a forma de enobrecer, educar e evitar a marginalidade. A instabilidade econômica gera instabilidade social e as crianças são as primeiras a sofrer, dado que os aspectos mais negativos do trabalho infanto-juvenil estão no desenvolvimento físico, quando expostos a longas jornadas em atividades penosas, insalubres e perigosas, e no desenvolvimento intelectual, na dificuldade de conciliar estudo e trabalho (BAPTISTELLA, VICENTE e VEIGA, 2000).

As crianças desenvolvem atividades nas propriedades rurais em regime de economia familiar. Nas atividades que exercem fora da propriedade familiar, os pais utilizam o trabalho dos filhos para garantir as cotas de produção. A inserção precoce de muitas crianças deve-se a uma decisão de sua família para aumentar a renda. Essa estratégia, embora tenha uma racionalidade econômica imediata, como forma de assegurar a sobrevivência das famílias, reveste-se de elevado custo social com o tempo, na proporção em que perpetua a pobreza e a desigualdade dentro e entre as gerações (BAPTISTELLA e FRANCISCO, 2005).

Quanto à escolaridade é fato que o trabalho infantil reduz, pelo cansaço, a capacidade de concentração das crianças e, ao submeter a sua saúde a riscos e abusos, elas são conduzidas ao absenteísmo eventual, que, por sua vez, provoca baixos índices de frequência escolar e repetência.

O fato que agrava ainda mais este cenário é a qualidade da educação. Se for precária, conduz a criança ao desalento e à evasão. Há casos em que as próprias famílias percebem a má qualidade da educação e preferem retirar ou não colocar as crianças na escola, conduzindo-as precocemente ao mercado de trabalho (BARROS & MENDONÇA, 1996).

A estratégia para o combate ao trabalho infantil está, por um lado, na inserção dessas crianças em escolas de boa qualidade e, por outro, a continuidade dos programas governamentais (PROGER, PLANFOR, PRONAF, PAT) e não-governamentais o que resultaria, inicialmente, na melhoria da qualidade de vida das famílias, que teriam, assim, o incentivo econômico e, possivelmente, levaria à mudança cultural, há muito arraigada, dos indivíduos que utilizam esta força de trabalho.

As meninas (menos de 15 anos) residentes nas UPAs, muitas vezes, são os últimos membros da família a serem chamados para a lida no campo. São ocupadas, geralmente, no trabalho doméstico. Em decorrência destas ocupações, as meninas normalmente possuem mais anos de estudo. Dados do levantamento da PNAD/95 indicam que as meninas possuem mais anos de estudo do que os meninos que trabalham (TRABALHO INFANTIL, 2004). Para as meninas volantes, expostas às longas jornadas de trabalho em atividades penosas, há prejuízos no aspecto físico e intelectual, dada a dificuldade em conciliar estudo e trabalho.

A proporção do trabalho do menor em relação ao total da mão-de-obra ocupada apresentou-se pequena em 2004, mas há que se ter clareza dos prejuízos que esta atividade causa ao desenvolvimento infantil. O número é significativamente pequeno quando

comparado a anos anteriores, o que não deve levar ao enfraquecimento nos esforços e ações para erradicar essa modalidade de trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações sobre ocupação da mão-de-obra e valor da produção da agricultura paulista, relativas ao período 1995-2004, mostraram tendência declinante da ocupação agrícola⁶ em contrapartida ao crescimento do valor da produção das atividades agropecuárias. Houve, portanto, incremento na produtividade do trabalho. As taxas de crescimento dos salários rurais foram inferiores à taxa de crescimento da produtividade do trabalho.

As transformações estruturais do mercado de trabalho estão atreladas à modernização nos processos produtivos, que por um lado tem reduzido o trabalho penoso, mas por outro aumenta a capacidade de produzir com menos pessoas. Assim, a mecanização progressiva da operação de colheita libera o trabalhador de uma atividade difícil, ocasionando, porém, queda na ocupação, como é o caso principalmente da cana-de-açúcar.

Avaliações recentes sobre as novas tendências das ocupações têm ressaltado a importância da formação de trabalhadores capacitados para as alterações nos processos produtivos. Se antes o argumento era no sentido de alocação de parcela significativa dos trabalhadores de menor qualificação no setor da agricultura, quando se observa o ritmo de modernização por que passa este setor, é difícil sustentar este argumento na atualidade.

LITERATURA CITADA

BALTAR, Paulo E. A. Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco A. (Coord.) **Economia e trabalho**. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998. p.129-146.

BAPTISTELLA, C.S.L. & FRANCISCO, V.L.F.S. Mercado de trabalho: ocupação do menor no rural paulista. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1652>. Acesso em 07/01/05.

BAPTISTELLA, C.S.L.; VICENTE, M.C.M.; VEIGA, J.E.R. Demografia e mercado de trabalho na agricultura paulista nos anos noventas. **Informações Econômicas**, SP, v.30, n.5, p.7-29, maio 2000.

BARROS, R.P. & MENDONÇA, R.S.P. **Trabalho infantil e a evasão escolar**. Rio de Janeiro: DIPES/IPEA, 1996.

CAMPOS, H. de; PIVA, L. H. de O. Dimensionamento de amostra para estimativa e previsão de safra no estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 21, t. 3, p. 65-88, mar. 1974.

⁶ Em contrapartida, no período de novembro de 2000 a novembro de 2004, o emprego em atividades não agrícolas nas unidades de produção agropecuária (UPAs) cresceu %, ou seja, acréscimo de mil pessoas.

DEDECCA, C.S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25, nº 1 (97), pp. 94-111, jan.-mar., 2005.

ENCONTRO REÚNE MAIS DE MIL MULHERES. Folha da Manhã. Terça-feira, 05 de outubro de 2004. Disponível em www.folhadamanha.com.br/VA04BEA..htm

FRANCISCO, V. L. F. dos S.; PINO, F. A. Estratificação de unidades de produção agrícola para levantamentos por amostragem no estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 79-110, 2000.

HOFFMANN, Rodolfo **Estatística para economistas**. São Paulo, Pioneira, 1980. 379p.

MARTIN, N.B. Valor da produção da agropecuária do Estado de São Paulo em 2002 – estimativa preliminar. Disponível em < <http://www.iea.sp.gov.br/> >. Acesso em 10/02/05.

NOGUEIRA, E. A. et al. **Estatísticas de salários agrícola no Estado de São Paulo**. São Paulo, IEA, 1992. 100 p. (Série Informações Estatísticas da Agricultura)

PANZUTTI, N.P.M. **As mulheres na produção familiar do algodão em Leme (1960-90)**. Campinas. UNICAMP, 1992. 124p. (Dissertação de Mestrado).

PAULILO, M.I.S. **O trabalho da mulher no meio rural**. Piracicaba: USP/ESALQ, 1976. 145p. (Dissertação de Mestrado).

PINO, F.A.; FRANCISCO, V.L.F.S.; MARGARIDO, M.A.; VICENTE, M.C.M. Modelling rural labor: an application to São Paulo, Brazil, *Economia Aplicada*, v.6, n. 2, p: 411-427, abril/junho 2002.

POCHMANN, Márcio. Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil. In: OLIVEIRA, Marco A. (Coord.) **Economia e trabalho**. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998. p.219-233.

SAFFIOTI, H.I.B.; FERRANTE, V.L.S.B. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. In: **A mulher rural e mudanças no processo de produção agrícola; estudos sobre a América Latina**. Brasília: IICA, jul. 1984. P.32-39.

SAS INSTITUTE. **SAS language guide**: release, 6. 3.ed. Cary, NC, 1988.

SEADE. Fundação SEADE. *Sensor Rural*. Disponível em <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em 12/02/05..

SILVA, César R. L. Uma tentativa de avaliação das possibilidades de geração de emprego da agricultura brasileira. [CD-ROM] In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., Foz do Iguaçu, 29/08 - 02/09/99. **Anais...** Brasília: SOBER, 1999.

TRABALHO Infantil no Brasil: Questões e Política. Disponível em:
www.planalto.gov.br+Trabalho+Infantil Acesso em 15 dez. 2004.

TSUNECHIRO, A. et al. Estimativa preliminar do Valor da produção agropecuária do Estado de São Paulo em 2004.

VICENTE, M.C.M. **Inserção da força de trabalho feminina: as bóia-frias na agricultura do sudoeste paulista.** São Paulo, FFLCH/USP, 1997. 228p. (Tese de Doutorado).

VICENTE, M.C.M. BAPTISTELLA, Celma S. L.; VEIGA, José E. R. A exclusão dos trabalhadores na reestruturação e modernização da agricultura paulista. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.27, n.2, p.9-18, fev. 1997.

VICENTE, M.C.M.; NOGUEIRA, E.A.; BAPTISTELLA, C.S.L. Estimativas de mão-de-obra e demografia no setor agrícola paulista: 1986/97. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.18, n.8, p.29-37, ago. 1988.

VICENTE, M.C.M.; FRANCISCO, V.L.F.S; BAPTISTELLA, C.S.L. Mercado de Trabalho no Rural Paulista, 2000-01; **Informações Econômicas**, v.32, n.9, p:55-61, set 2002.